

A TEMÁTICA RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E ANTIRRACISTA

Máyra Luisa Nogueira Correia

E-mail: luhcorreia3812@gmail.com

Bolsista da Fundação de Amparo e Pesquisa da Bahia

PPGED/UESB

Dinalva de Jesus Santana Macêdo

PPGED/UESB/UNEB-DEDC XII

RESUMO

Este texto apresenta algumas reflexões de uma pesquisa de mestrado em andamento sobre o trabalho com a temática racial na Educação Infantil. Com base em uma pesquisa bibliográfica, a discussão está pautada na compreensão da educação decolonial e antirracista enquanto fazer possível para gerar uma educação outra. Essa práxis é de suma importância, desde a Educação Infantil, pois, é um espaço privilegiado para promover desde cedo a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, a partir da transgressão e desobediência epistêmica. Os resultados evidenciam que a descolonização dos nossos olhares, saberes e fazeres se faz urgente, para a construção de práticas pedagógicas, interculturais e antirracistas, ou seja, a decolonialidade questiona a racionalidade moderna universal e arrogante e aponta outros modos de saber, viver, poder e sentir, versando na desconstrução da lógica racista presente na sociedade, escolas e universidades, para uma tomada de posição emancipatória diante de si e do outro nos processos formativos e na vida.

Palavras-chave: Decolonialidade. Educação Antirracista. Educação Infantil. Temática Racial.

INTRODUÇÃO

Desde o nascimento, as crianças são socializadas por meio das relações estabelecidas com os pares e com o meio social que, por sua vez, é constituído de normas, papéis sociais, linguagem escrita e visual e diferenças socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero etc. A partir dessas relações, as crianças assimilam regras, valores, crenças, culturas, linguagens, hábitos e também preconceitos e estereótipos de raça, gênero e classe social presentes na sociedade, e elaboram suas percepções e concepções sobre si mesmas, sobre o outro e sobre o mundo.

A criança também constrói a sua identidade, como “um processo dinâmico que possibilita a construção gradativa da personalidade no decorrer da existência do indivíduo” (CAVALLEIRO, 2021, p.19). Para a autora, um dos resultados mais importantes do processo de constituição social do sujeito é a identidade. Torna-se possível compreender, que é no contexto escolar que se potencializa esse processo dinâmico e diverso, pois, é um ambiente privilegiado no que diz respeito à socialização dos sujeitos e apropriação de elementos culturais e sociais que contribuem para a construção da identidade.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Ações em Educação

16 a 19 de agosto

Proporcionar uma educação antirracista é de suma importância em todas as fases da vida. Na Educação Infantil torna-se mais significativa, pelo fato de que é o momento em que a criança toma consciência de sua identidade e identificação com o grupo social do qual faz parte.

Diante disso, o objetivo deste texto é apresentar algumas reflexões acerca da temática racial na Educação Infantil a partir da compreensão de uma educação decolonial e antirracista enquanto fazer possível para gestar uma educação outra.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade na creche e de 4 a 5 anos na pré-escola, e sua maior função é promover o desenvolvimento físico, intelectual, linguístico e social das mesmas, dando continuidade ao iniciado pela família e sua comunidade.

Se antes a Educação Infantil tinha uma característica assistencialista, que pautava no cuidado e proteção da criança em prol do direito ao trabalho, conquistado pelas mulheres trabalhadoras e movimentos sociais, atualmente, os ambientes de Educação Infantil precisam atender às demandas legais e pautar suas atividades cotidianas no binômio cuidar-educar, preocupando-se com o pleno desenvolvimento da criança e do bebê.

Embora existam documentos que orientam as práticas dentro das creches e pré-escolas, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), (BRASIL, 2010) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998), e recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), nota-se que há um longo caminho a ser percorrido em prol de uma Educação Infantil de qualidade, que se expressará de acordo com o nível de acolhimento obtido no espaço escolar.

Ao que diz respeito às crianças negras, há muito que se fazer para que o ambiente educacional possa ser classificado como acolhedor, plural e antirracista. A pesquisa realizada por Eliane Cavalleiro (1998) constatou que algumas professoras de Educação Infantil não acreditavam que, na faixa etária de 3 a 5 anos, seriam possíveis atitudes de caráter racista, preconceituoso e discriminatório. No entanto, a autora constatou em sua pesquisa que nessa fase as “crianças brancas revelaram um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo à cor da pele”, ao passo que as “crianças negras já apresentam uma



identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem” (CAVALLEIRO, 2021, p. 10).

Ainda, de acordo com a autora,

Um olhar superficial sobre o cotidiano escolar dá margem à compreensão de uma relação harmoniosa entre adultos e crianças; negros e brancos. Entretanto, esse aspecto positivo torna-se contraditório à medida que não são encontrados no espaço de convivência das crianças cartazes, fotos ou livros infantis que expressem a existência de crianças não brancas na sociedade brasileira (CAVALLEIRO, 2021, p. 145).

Por esse motivo, importante se faz refletir sobre as relações raciais desenvolvidas entre as crianças, educadores e diversos profissionais da Educação Infantil, bem como, o reconhecimento de que o racismo está também presente neste ambiente, e apresenta efeitos prejudiciais.

Essa etapa da educação básica se constitui num espaço de interação social, onde a criança, desde a mais tenra idade, aprende a conhecer melhor a si mesmo, seu próprio corpo, bem como a lidar com diferenças e semelhanças, quando interage com seus pares. Práticas educativas, consideradas inclusivas, desenvolvidas no interior de instituições que oferecem este nível de educação, devem propiciar atividades que permitam à criança lidar com a diversidade, a exemplo da diversidade étnico-racial, uma vez que esses espaços infantis possui maior ocupação da população preta e parda. Conforme explicita Gomes:

Não é preciso ser uma investigadora muito atenta para compreender que a maioria das crianças atendidas pelas creches populares, pelas escolas infantis privadas dos bairros pobres e pela Educação Infantil pública é preta e parda, ou seja, devem ser reconhecidas como negras, e estão entre aqueles que representam 54% da população. Dessa forma, é possível afirmar que uma grande parcela de crianças atendidas pela Educação Infantil pertence aos segmentos populacionais que sofrem os problemas da perversa articulação entre desigualdades sociais e raciais (GOMES, 2019, p. 1017).

As diversidades étnico-raciais são fatores que devem ser trabalhados e respeitados, uma vez que, o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades, uma série de condições sociais e familiares, colocam milhões de crianças em situação de risco.

Diante deste cenário, percebemos que alguns avanços obtidos na construção das políticas de igualdade racial, por exemplo, a Lei 10.639/03 que altera a LDB e estabelece as Diretrizes Curriculares para sua implementação, instituindo a obrigatoriedade do ensino da



história e cultura da África e afro-brasileira nas escolas da educação básica, se constitui como extremamente relevante, uma vez que, age como instrumento de ruptura epistemológica, contribui com a compreensão da questão racial no campo dos direitos e rompe com o silenciamento escolar.

Sobre isso, Gomes (2012) aponta que:

[...] a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o ‘falar’ sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um ‘outro’, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências (GOMES, 2012, p. 105).

É preciso desmistificar a falácia da democracia racial para enfrentarmos o racismo, e uma alternativa apresentada pela linguista norte-americana Catherine Walsh (2005) apud Oliveira e Candau (2010) é a interculturalidade crítica como a forma da pedagogia decolonial, ou seja,

[...] uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. [...], é um projeto de existência, de vida (WALSH, 2007, apud OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 28).

Esse termo se constrói baseado numa práxis educativa insurgente e propositiva, que denuncia, cria e constrói novas condições políticas, sociais, culturais e de pensamento. Para Oliveira e Candau (2010, p.28) é “a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, que concebe a pedagogia como política cultural”.

METODOLOGIA



Este resumo é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, de cunho bibliográfico sobre a temática racial na Educação Infantil numa perspectiva decolonial e antirracista. Realizamos um levantamento de produções acadêmicas no google acadêmico, que dialogam com a temática em foco, elencando como marco temporal o ano de 2009, por se tratar do ano em que o Ministério da Educação aprovou o Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/03, e pelo fato de que em 2010 foi publicada a primeira pesquisa no Brasil sobre a decolonialidade, sendo esta a do professor Dr. Luiz Fernandes de Oliveira.

Nesse sentido, dialogamos com textos de Gomes (2012; 2019); Oliveira e Candau (2010); Chaveiro e Minella (2021); Silva e Dias (2018), entre outros, para a construção das discussões apresentadas nesse texto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante as reflexões apresentadas, pode-se compreender que as escolas brasileiras precisam revisitar suas posturas, valores, conhecimentos e currículos na finalidade de reeducar para as relações étnico-raciais, para que possamos superar a subalternização dos saberes produzido pela comunidade negra, a existência de estereótipos raciais nos livros didáticos, bem como a estigmatização do negro, “não podemos acreditar numa relação causa e efeito entre o preceito legal e a realidade social e educacional” (GOMES, 2012, p. 33), uma vez que, a lei representa um grande avanço, mas é no seu embate político e no contexto das relações de poder, na rotina da escola e na organização e vivência das práticas educativas que ela vai ser concretizada. Para que a sua elaboração se configure, é primordial um contexto de respeito às diferenças.

Sobre isso, Cavalleiro corrobora dizendo:

O desafio brasileiro para este fim de milênio é construir uma democracia substantiva. Isto significa elaborar um modelo democrático onde o que conta é a igualdade de oportunidades e não a igualdade que afirma serem iguais perante a lei, conforme preconiza o artigo 5 da Constituição Federal. Não é adequado, em um país de exclusão social, tratar de maneira igual pessoas que são atávicas e secularmente diferentes (RIBEIRO, 1996 apud CAVALLEIRO, p. 9. 2021).

Não podemos mais tratar os sujeitos de maneira universal e abstrata, é preciso olhar para os indivíduos nas suas particularidades, pois, por motivo de suas especificidades é que



tencionam por resoluções específicas. Esse contexto vai favorecer a promoção de direitos, possibilitando aos grupos invisibilizados o reconhecimento em suas singularidades (SILVA; DIAS, 2018).

Santos e Nunes (2003 apud SILVA; DIAS, 2018, p. 4), afirmam que:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Diante dessas colocações, reconhecemos que a descolonização dos nossos olhares, saberes e fazeres se faz urgente, a qual consiste na construção de práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas, ou seja, a decolonialidade questiona a modernidade e aponta outros modos de viver, poder e saber, versando na desconstrução da lógica racista presente na sociedade, seja em uma tomada de posição emancipatória diante de si e do outro, ou nos processos formativos construídos na vida. Ou seja, “a decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 24).

E nesse processo de descolonização, encontra-se como estratégia a interculturalidade crítica, que questiona a colonialidade do poder, saber e ser e aponta a construção de um novo espaço epistemológico que inclui os conhecimentos subalternizados, numa relação tensa, porém igualitária. Walsh (2007, p. 8 apud OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 28) destaca que a interculturalidade crítica “é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização”, ou seja, ela parte da diferença colonial¹, trabalhando para transgredir as fronteiras daquilo que é hegemônico e subalternizado.

Chaveiro e Minella (2021, p. 103) apontam que “a decolonialidade da infância oferece subsídios filosóficos para se propuser uma reinvenção de nossas relações interpessoais, considerando uma ruptura com as hierarquizações sociais e se inspirando na pluriversalidade de mundo composta pelas diferenças”.

¹ Entendida como pensar a partir das ruínas, das experiências e das margens criadas pela colonialidade do poder na estruturação do mundo moderno/colonial, como forma não de restituir conhecimento, mas de reconhecer conhecimentos “outros” em um horizonte epistemológico transmoderno, ou seja, construído a partir de formas de ser, pensar e conhecer diferentes da modernidade europeia, porém em diálogo com esta (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 23).



Acreditamos que as infâncias são capazes de romper os padrões rígidos e hegemônicos a partir de seu caráter inovador, plural, criativo, decolonial e antirracista. Daí a importância de se organizar e propor, desde a Educação Infantil, a vivência de práticas que não se estruturam apenas pela valorização das características da diversidade, mas na reflexão de como as diferenças foram e são usadas para reproduzir as desigualdades e na luta para que essas não se legitimem como tal.

As práticas educativas na Educação Infantil voltadas para a ampliação, valorização e reflexão do universo sociocultural das crianças são fundamentais, para introduzi-las em um contexto no qual educar e o cuidar não omitam a diversidade (CHAVEIRO; MINELLA, 2021). Nesse sentido, torna-se difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico-racial, tendo em vista que silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças, muito pelo contrário, permite que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente (CAVALLEIRO, 2021).

Tais práticas podem agir preventivamente, no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta. Aprender e conhecer diferentes realidades desde muito cedo, compreender que a experiência social do mundo é maior que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias diversas, é importante, bem como, reconhecer que é em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais amplas (CAVALLEIRO, 2021).

O lugar onde a criança reconhece aos outros e a si própria, é a escola, é neste espaço que acontece às descobertas e experiências. Assim, como exemplo, por meio das literaturas infantis o professor tem a oportunidade de mostrar que a construção positiva da identidade da criança deve ser aceita e respeitada, uma vez que, é também nesse ambiente, que o professor precisa lidar com os “desafios encontrados em uma sala de aula ‘invadida’ por diferentes grupos sociais e culturais, antes ausentes desse espaço” (CANDAUI, 2011, p. 12). Deve haver a “participação ativa e responsável de todos os cidadãos considerados por direito como iguais” (GOMES, 2012, p. 20), pois, somos parte de uma sociedade histórica e diversificada.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Infância

16 a 19 de agosto

Assim, o trabalho sobre a diversidade étnico-racial não deve ser visto apenas como obrigação curricular ou como referência ao dia da Consciência Negra, ou seja, unidades didáticas isoladas, nas quais, esporadicamente, se pretende estudar a diversidade cultural. É preciso ir além, promover uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política, como condição para uma busca e descoberta prazerosa de quem reconhece e respeita a diversidade, sem preconceitos (GOMES, 2012).

CONCLUSÃO

Este texto objetivou apresentar algumas considerações referentes à temática racial na Educação Infantil, e a educação decolonial e antirracista como um fazer outro, possível e urgente. Sem dúvida, trata-se de um processo lento e gradual que exige uma abertura para aprendizagens que incluem rupturas epistemológicas, transgressões e insurgências, que possibilite o conhecimento e respeito da história e cultura Afro-brasileira e Africana.

A decolonização dos nossos olhares, saberes e fazeres se faz urgente, a qual consiste na construção de práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas, ou seja, a decolonialidade questiona a modernidade e aponta outros modos de viver, poder e saber, versando na desconstrução da lógica racista presente na sociedade, seja em uma tomada de posição emancipatória diante de si e do outro, ou nos processos formativos construídos na vida.

Daí a importância de se organizar e propor, desde a Educação Infantil, uma educação decolonial e antirracista, pautada não só na vivência de práticas que não se estruturam apenas pela valorização das características da diversidade, mas na reflexão de como as diferenças foram e são usadas para reproduzir as desigualdades e na luta para que essas não se legitimem como tal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Brasília, DF, 5 jan. 2003.

CANDAU, V. M. (Org.). **Diferenças culturais e educação: construindo caminhos.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.



CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 6. ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

CHAVEIRO, M. M. R. de S; MINELLA, L. S. **Infâncias Decoloniais, Interseccionalidades e Desobediências Epistêmicas.** Vol 07, N. 01 - Jan. - Mar., 2021.

GOMES, N. L. Raça e Educação Infantil: à procura de justiça. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p. 1015-1044 jul./set. 2019 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *In:* SILVA, S. A. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p.98-109, jan./abr. 2012.

OLIVEIRA, L. de F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

SILVA, T. R; DIAS, A. A. A educação infantil e as práticas pedagógicas descolonizadoras: possibilidades interculturais. **EccoS Revista Científica**, núm. 45, pp. 117-136, 2018.